

A culpa não é da vítima

Milton Temer *

Terminada a greve dos professores, e no clima de aprovação de uma nova tabela salarial incapaz de recuperar minimamente a dignidade profissional do magistério, vale uma reflexão sobre a decisão tomada pela direção do Sepe, com respeito à não reposição de aulas, antes que nova greve possa vir a ser anunciada.

Pela ordem de prioridades, vamos estabelecer, antes, alguns parâmetros fundamentais para a reflexão. Ninguém de boa fé pode negar, neste país, a forma escandalosamente injusta com que o Estado se relaciona com a educação e a saúde públicas. E vamos ter claro que, ao assim agir, o Estado não está operando autonomamente em defesa de seus interesses específicos, como pretende fazer crer o discurso conservador que se esconde atrás do "neoliberalismo" da moda. Está, sim, cumprindo sua tarefa precípua de instrumento de exercício de poder e da hegemonia política das classes dominantes na sociedade. E está, a partir da data fatídica de 1.º de abril de 1964, incluíram a saúde e a educação entre os itens da pauta de atividades sobre as quais seria lícito e moral obter lucros e concentrar riquezas. Determinação, aliás, que, independentemente do término formal do regime autoritário implantado a partir da data acima citada, continua a vigor, tendo em vista a liberdade total com que as escolas privadas vêm majorando ilimitadamente suas mensalidades ao longo deste ano escolar.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o que ocorre? Ocorre o desvio escancarado de recursos — que deveriam estar consertando tetos de escolas que não param de desabar, equipando hospitais e postos médicos e pagando salário justo aos profissionais das áreas respectivas — para outros setores mais ou menos suspeitos, a considerar corretas as sucessivas concorrências sus-

penas, ou denunciadas, pelo Tribunal de Contas.

Dito o escrito, vamos ao grão. Considero absolutamente incorreta e injusta a decisão pela não-reposição de aulas. Nada justifica que uma greve se instale no serviço público — onde, por tradição, não se corta ponto de grevista —, partindo do pressuposto que a sociedade não terá reposição do produto do trabalho desses dias. Ou seja: não repor aulas não dadas, no caso de greve de professores, corresponde a transformar o aluno em alvo da represália, e não os setores sociais dominantes que esse Estado que emprega os professores representa.

Não vamos esquecer que o *peão*, cujo filho está na escola pública, quando faz greve, sabe que um dos pontos de negociação mais duros que terá no acerto final com o patrão será justamente o da reposição salarial dos dias parados.

Até onde, então, esta vantagem não termina transformando-se em mais um argumento dos conservadores contra "os privilégios do estado", e para a manutenção dos baixos níveis de remuneração no serviço público? E até onde, ao decidir pela não reposição, a despeito da manutenção dos pagamentos de salários, o movimento não se desqualifica, e termina, por consequência, servindo à política reacionária de implantação dos lucrativos serviços particulares de educação, saúde e previdência?

Muito recentemente, uma mobilização no Rio de Janeiro deu mostras de extrema competência no encaminhamento de suas reivindicações (aliás, continua dando): a dos médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital da Lagoa, que, sem paralisação, ganharam a solidariedade da comunidade, que se serve daquela unidade de saúde (fato inédito nessa parcela da população, condenada a senhas e filas), contra uma decisão da Superintendência Regional do Inamps de destituir um bom diretor

eleito. Ninguém teve dúvidas de que a substituição se deu para que fossem reabertas as portas do clientelismo, fisiologismo e corrupção, que marcou o passado recente do hospital. Quem sai derrotado é o lado podre e arcaico do aparelho do estado. Quem sai engrandecida é a comunidade que enfrentou o aparelho.

Isto é o que os professores têm que considerar no encaminhamento de sua luta em defesa de salários justos e educação pública. Lembrando o que foi sugerido por um dos pioneiros da fase atual do movimento sindical combativo, Luiz Inácio Lula da Silva, em declarações recentes: as greves no serviço público essencial devem buscar formas criativas de luta, de molde a ganhar o apoio político da sociedade. Foi quando propôs a liberação de catracas — e não a paralisação — dos transportes, ou a ocupação de escolas, com a substituição de aulas curriculares por debates comunitários para a conscientização sobre as agressões e as discriminações contra a educação pública.

Nada mais justo. A resposta à crueldade e à mesquinha dos setores privilegiados da sociedade — desses setores responsáveis pela implantação da cultura que desabona a produção em benefício da agiotagem oficial da especulação financeira — não pode ser do mesmo nível. E, ao punir os alunos com a deterioração da preparação de uma geração em formação, não repondo aulas perdidas, é nesse sentido que os professores estarão, inevitavelmente, conduzindo a sua justa luta.

Trata-se, então, de convocá-los para uma reflexão muito séria sobre a decisão que adotaram. Porque, ao não reporem as aulas, não é a empáfia ou a dondoquice da secretária de Educação que estarão atingindo, mas, sim, dando a ela a bandeira de defensora dos interesses dos desposuídos, dependentes do ensino público. Poderia haver maior distorção?

* Jornalista e deputado estadual pelo PT